

**MUDANÇA NA PROJEÇÃO EXTERNA BRASILEIRA NA
TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA:
Análise do corpo diplomático e consular do país no exterior**

**CHANGE IN BRAZILIAN FOREIGN PROJECTION IN THE
TRANSITION FROM EMPIRE TO REPUBLIC:
Analysis of the diplomatic and consular corps of the country abroad**

Klei Medeiros¹
Júlia Paludo¹
Marcela Tarter da Rosa¹
Taís Cristóvão Martins Vieira¹

RESUMO

O objetivo do artigo é fornecer elementos teóricos e empíricos que permitam identificar uma mudança de foco na projeção da política externa brasileira na passagem do regime monárquico para o republicano. Busca-se verificar se essa transição permitiu uma maior aproximação do Brasil com os vizinhos da América, em contraponto à antiga importância da Europa sobre a região (PINHEIRO, 2004; BURNS, 1969; CHEIBUB, 1985). Para tanto, analisa-se a mudança no corpo diplomático e consular brasileiro no exterior como um indicador da projeção externa do país. Utilizando-se de fontes oficiais, é feito um estudo quantitativo sobre a variação no quadro de funcionários brasileiros de 1881 a 1911. A partir dos dados analisados, pode-se inferir que houve um crescimento significativo - em termos relativos - do quadro de servidores brasileiros em países da América, embora em números absolutos o corpo diplomático e consular tenha permanecido superior no continente europeu. Verificou-se, ainda, que não foi especificamente a transição para o regime republicano que acelerou essa tendência, que já vinha se manifestando desde a década de 1870, cerca de 20 anos antes da Proclamação.

PALAVRAS-CHAVE

Política Externa Brasileira; Corpo Diplomático; Transição Monarquia-República.

ABSTRACT

The aim of the paper is to provide theoretical and empirical evidence about a shift of focus in projection of Brazilian foreign policy in the transition from Monarchy to Republic. It seeks to determine whether this transition possible an approximation of Brazil with its neighboring states, in contrast to the former importance of Europe on the region (Pinheiro, 2004; Burns, 1969; Cheibub, 1985). For this, we analyze the change in the Brazilian diplomatic and consular staff abroad as an indicator of the external projection of the country. Using official sources, is made a quantitative study on the variation in the context of Brazilian officials from 1881 to 1911. From the data analyzed, it can be inferred that there was significant growth - in relative terms - of the Brazilian servers in American countries, although in absolute numbers the diplomatic and consular corps remained higher on the European continent. It was also found that it was not specifically the transition to the republican regime which accelerated this trend, which had been manifesting since the 1870s, about 20 years before the Proclamation.

KEY-WORDS

BrazilianForeignPolicy; DiplomaticCorp; TransitionMonarchy-Republic.

¹ Graduandos do Curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: kleimedeiros@gmail.com; jupaludo@hotmail.com; marcelatarter@hotmail.com; taismv90@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A passagem da Monarquia para a República suscitou mudanças na política externa brasileira. Uma das principais características apontadas pelos pesquisadores é a de que houve uma transição gradual de uma esfera de influência europeia (representativa da monarquia, na visão dos brasileiros) para uma esfera de influência norte-americana (representativa do republicanismo). Motivados por interesses comerciais e políticos comuns, Brasil e EUA passam a desenvolver relações cada vez mais estreitas, levando posteriormente o Brasil a atuar como uma espécie de representante destes na América do Sul.

A política externa brasileira, desta forma, passou a pautar-se pela não intervenção direta nos assuntos internos dos países da região, acompanhada de um discurso favorável à estabilidade política e aos governos legalmente constituídos (DORATIOTTO, 2000), em consonância com os ideais pan-americanistas. Existia, assim, uma preocupação com a manutenção da segurança regional, visando a evitar novas ingerências externas europeias sobre os países sul-americanos. O Brasil buscava, então, criar condições favoráveis para que pudesse desenvolver um incipiente projeto de liderança sobre seus vizinhos.

Dentro desse contexto, o objetivo do artigo é analisar a variação na importância conferida pelo Brasil aos países da América no período, como um reflexo desse desvio da projeção externa brasileira de Londres para Washington. Utiliza-se como método um indicador ilustrativo dos interesses externos de um país: a quantidade de representações diplomáticas e consulares em cada posto no exterior. Parte-se do pressuposto de que o corpo diplomático e consular é um indicador relevante e útil na análise da projeção externa, embora não seja o único. Vale ressaltar que, na década de 2000, a abertura de embaixadas e consulados brasileiros na África, por exemplo, tem sido relacionada a um maior interesse por aprofundar as relações com este continente. Dessa forma, neste trabalho, analisa-se o quadro de funcionários atuando no exterior na busca por oferecer elementos que indiquem ou não uma transição rumo a uma maior preocupação da política externa brasileira com a sua vizinhança, no contexto da passagem do Império para a República, em fins da década de 1880.

Na primeira parte do artigo, são apresentados os principais eixos teóricos que norteiam a análise das mudanças ocasionadas com a passagem Monarquia-República no

Brasil. Na segunda seção, realiza-se uma análise quantitativa de dados oficiais do Ministério de Negócios Estrangeiros, no intuito de contrapor os resultados observados com as principais ideias destacadas no referencial teórico e confirmar ou não a hipótese deste trabalho. Por fim, na última seção, são apresentadas as principais conclusões da pesquisa.

A MUDANÇA DE FOCO EM DEBATE: AMERICANIZAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO MONARQUIA-REPÚBLICA?

Entre a bibliografia de política externa brasileira, é consenso o fato de que, durante a Primeira República, ocorreram mudanças significativas, sintetizadas pelo deslocamento do eixo diplomático de Londres para Washington e pela ampliação da participação brasileira nos assuntos internacionais. O que se discute é o peso da mudança de regime político nesse processo, já que alguns traços da linha diplomática monarquista permaneceram (como a consolidação das fronteiras e o equilíbrio de poder na região do Prata) e os principais formuladores de política externa eram do período monárquico (Joaquim Nabuco e Barão do Rio Branco).

Apesar disso, conforme ressalta Pinheiro (2004), o início do período republicano (sobretudo na gestão Rio Branco) garantiu ao Brasil uma maior inserção internacional, o desenvolvimento de uma relação preferencial com os Estados Unidos, além da consolidação das fronteiras (questão de disputa com os vizinhos sul-americanos por cerca de quatro séculos). Nesse mesmo raciocínio, a autora coloca a questão americana como uma opção promissora antes mesmo da proclamação, uma vez que já eram discutidas alternativas à dependência econômica brasileira da Inglaterra. Vale ressaltar, porém, que o mecanismo de recrutamento do corpo diplomático e consular permaneceu o mesmo: o funcionário era, essencialmente, parte da elite oligárquica agroexportadora, o que conferia continuidade ao serviço diplomático (CHEIBUB, 1985).

Até a queda da Monarquia, a maior parte do corpo diplomático e consular provinha do setor açucareiro do Nordeste, ao passo que a Primeira República representa a consolidação do poder dos estados cafeicultores do Centro-Sul do Brasil. Portanto, pode-se creditar à República o aprofundamento dessa tendência de deslocamento do eixo econômico, o que refletiu em uma mudança no eixo diplomático. Apesar da semelhança da velha e da nova elite quanto à preocupação com a demarcação das

fronteiras e com o equilíbrio de poder no Prata, ao setor açucareiro ainda interessava relacionar-se com a Inglaterra, enquanto ao cafeicultor importava manter relações preferenciais com os Estados Unidos, seu principal comprador.

Da mesma forma, cessadas as desconfianças norte-americanas com o Brasil monárquico, os Estados Unidos logo reconheceram e acolheram a nova República americana. O Barão do Rio Branco percebeu a importância dessa relação e a cultivou, inaugurando a primeira embaixada do Brasil em Washington. A resposta americana foi abrir sua primeira embaixada na América do Sul, localizada no Rio de Janeiro, além da instalação de uma Câmara de Comércio (BURNS, 1977).

Os vizinhos americanos também acolheram bem a infante República brasileira: o contexto da mudança de regime era o de consolidação do movimento pan-americanista, “que clamava por maior solidariedade e compromisso entre os povos americanos” (PINHEIRO, 2004). Décadas mais tarde, Rio Branco deu ênfase a esse movimento, o qual conseguiu atenuar desconfianças e ressentimentos entre o Brasil e seus vizinhos e entre os Estados Unidos e a América espanhola. Vale ressaltar que a atenção do Barão não se deteve somente na América do Sul: acreditou representantes diplomáticos em Costa Rica, Cuba, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Panamá, contemplando, assim, praticamente toda a América Latina (BURNS, 1977).

Por outro lado, as relações Brasil-Argentina mantiveram-se pautadas pela mútua desconfiança no período. Durante a gestão Rio Branco, o bom relacionamento com a Argentina era um mero interesse por parte do Barão de tornar o Brasil líder da América do Sul, em consenso com a vizinha, já que não era possível desafiá-la militarmente. Entretanto, o interesse na aproximação com a Argentina não gerou resultados práticos, devido à rivalidade histórica e à falta de entusiasmo argentino nesse tipo de cooperação² (DORATIOTO, 2000).

Essa maior inserção brasileira no cenário internacional, também se refletiu em uma maior participação em conferências no exterior e na negociação de tratados gerais de arbitragem - buscando destacar-se na discussão e na solução dos problemas internacionais. Saindo da esfera regional, a República buscou inovar nas relações diplomáticas, acreditando representantes no Egito e na Grécia, por exemplo, além de ter

² Vale ressaltar, porém, que as relações Brasil-Argentina oscilavam ao sabor da conjuntura regional e mundial, com momentos de desconfiança acentuada - como no contexto do rearmamento naval brasileiro, em 1908 - e momentos de tentativa de relações amigáveis - como no governo do argentino SaenzPeña (DORATIOTO, 2000).

recebido missões da China e da Pérsia (BURNS, 1977). Esse processo, naturalmente, exigiu uma expansão e maior qualificação do serviço diplomático.

De acordo com Castro (2009), houve grande modificação na organização do corpo consular e no volume de despesa nos primeiros anos após a proclamação da República, a fim de satisfazer tal demanda. A mudança de regime da Monarquia para a República, portanto, é responsável em parte pela mudança de eixo comercial e diplomático para a América e pela própria evolução, em quantidade e em qualidade, do serviço diplomático brasileiro. No entanto, é importante destacar que a política externa brasileira procurou manter ou mesmo ampliar relações com alguns estados europeus. Conforme menciona Bueno (2008), no contexto da reforma do corpo diplomático de 1894, “não se questionavam as relações estreitas com os países centrais do mundo capitalista” (p. 162). Logo, “as legações na Grã-Bretanha e na França continuavam a ser vistas como mais importantes, seguidas pelas situadas nos Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Portugal, Alemanha e Itália”.

Apesar disso, destaca o autor que a política externa na virada para a República destruiu com boa parte da tradição diplomática imperial, procurando ser pan-americanista ao se aproximar das nações hispano-americanas e nomeadamente dos Estados Unidos. Tal desejo por mudança não foi levado adiante sem contratempos e opiniões contrárias. No Legislativo, alguns deputados opunham-se a esse movimento, como Nilo Peçanha, que criticava a remoção de legações na Europa sob o argumento de que o Brasil não poderia se “auto-isolar” do restante do mundo e afirmava ser o corte de gastos um mero pretexto para fazer valer as opiniões republicanas na política externa. Outros deputados adotavam postura contrária, defendendo uma visão mais pragmática e estratégica na escolha da localização de legações e consulados.

Francisco Badaró preferia os consulados às legações, sob o argumento de que países novos como o Brasil necessitavam fomentar as suas relações comerciais, industriais e econômicas. [...] Esse deputado era, aliás, *a favor da regionalização das relações internacionais do Brasil, com ênfase para a América do Sul*. Opinião semelhante tinha o senador por São Paulo, Manoel Barros, que chegava a afirmar a desnecessidade de o Brasil ter um corpo diplomático. Um país ter representação numerosa em outro, cheia de tradição e etiquetas, se lhe afigurava como algo próprio da velha e carcomida Europa, inadequado às repúblicas americanas. *Assim, não via porque manter legações na Suíça, Áustria, Rússia e Suécia, pois o Brasil não tinha negócio de qualquer espécie com esses países, tornando aqueles postos verdadeiras sinecuras*(CERVO; BUENO, 2008, p.161 – grifo nosso).

Assim sendo, é possível observar que a retórica frequentemente utilizada para a permanência ou criação de legações na América do Sul estavam atreladas a razões ditadas pelo romantismo e aos interesses comerciais, marcadas fortemente por conteúdo ideológico. No que concerne aos consulados, além do sinal da existência de corrente comercial ou imigratória, percebia-se o interesse de estimular o comércio internacional com determinada área. Conforme sintetiza Bueno,

Os deputados evitados de jacobinismo tinham preconceito contra formas de governo não-republicanas e contra países europeus em geral. Assim, advogava-se a supressão da legação do Brasil na Suíça [...]. Pediam, tais parlamentares, que fossem extintas, entre outras, as legações situadas na Rússia e no Japão, sob a alegação de que faltavam ao Brasil interesses nesses países. [...] *No referente à América do Sul, onde poucos ainda eram os interesses comerciais em determinados países, mantinham-se e criavam-se legações por sentimentalismo republicano* (CERVO e BUENO, 2008, p.162 – grifo nosso).

A partir da abordagem de Clodoaldo Bueno, a década de 1890 sinalizou uma tendência à mudança na projeção externa brasileira sobre a América - sobretudo no que tange à América do Sul – sem descuidar das relações com países do centro capitalista mundial (como Grã-Bretanha e França). Os outros autores ressaltam a maior participação brasileira nas discussões internacionais e a aproximação com os Estados Unidos. Cumpre agora analisar, na próxima seção, quais mudanças ocorreram em relação à localização do corpo diplomático e consular no período entre o final da Monarquia e início da República. Busca-se responder qual o peso da Proclamação de 1889 nesse processo; e se houve realmente aumento no quadro de servidores do Ministério das Relações Exteriores situados em países da América.

A MUDANÇA NO CORPO DIPLOMÁTICO E CONSULAR BRASILEIRO NO EXTERIOR (1881-1911)

Na bibliografia clássica³, o serviço diplomático brasileiro é tratado de forma generalizada, como um bloco homogêneo, e a mudança no eixo diplomático é muitas vezes reduzida à figura do Barão do Rio Branco, formando, assim, uma análise

³Entende-se como bibliografia clássica as principais referências do artigo: Bradford Burns, Francisco Doratioto, Leticia Pinheiro, Clodoaldo Bueno e José Luiz Werneck da Silva.

personalista da política externa. Nesse artigo, objetivou-se uma nova abordagem⁴ ao tratar os postos diplomáticos separadamente (embora algumas funções estejam reunidas em uma mesma classificação), considerando que havia diferenças de competência entre os representantes. Para tanto, foram utilizados os relatórios oficiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (antigo Ministério dos *Negócios Estrangeiros*). Feita a distinção, foi realizada uma análise quantitativa dos corpos diplomático e consular no exterior, observando a concentração dos corpos em cada continente, a fim de poder visualizar a retratada transição para o eixo americano em detrimento do europeu. A análise partiu de um período anterior à Proclamação a fim de confirmar se a mudança na projeção externa já era uma tendência anterior à alteração de regime político ou não. Da mesma forma, a análise finda em 1911, medindo a importância da gestão de Rio Branco nesse processo⁵.

Entre 1881 e 1911, observa-se que as relações consulares e diplomáticas estão concentradas nos continentes europeu e americano. A diferença é que, enquanto o número de diplomatas permaneceu o mesmo no velho continente, na América aumentou em 10 o número de diplomatas, o que representa uma variação de mais de 70%⁶. Na Tabela 1, abaixo, percebe-se que o Brasil aprofundou os laços com a América, mas isso não se traduziu em uma redução das relações diplomáticas com a Europa.

Tabela 1 – Corpo Diplomático brasileiro no exterior (1881-1911).

Continentes	1881	1911	Varição absoluta	Varição percentual
Europa	29	29	0	0
América	14	24	+10	+71,4%
Ásia, África e Oceania	1	5	+4	+400,0%
Total	44	58	+14	+31,8%

Fonte: elaborado pelos autores (2012), com base em Relatórios do Ministério de Relações Exteriores

⁴Paulo Roberto de Almeida também estuda o corpo diplomático e consular e a disposição dos representantes no mundo; seu estudo, porém, contempla um período anterior ao em questão, com objetivos diferentes. O trabalho de Almeida está disponível através do seguinte endereço: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/PostDiplBrsec19.pdf>>.

⁵ O longo período também serve para analisar os próprios efeitos da incipiente República, uma vez que a mudança na política externa não seria imediata, e sim uma resposta relativamente lenta à nova condição. Ressalta-se, ainda, no período Rio Branco, a carência de relatórios: apenas quatro em dez anos.

⁶ Trabalhou-se com dados absolutos e percentuais ao mesmo tempo, no intuito de evitar análises distorcidas: um aumento de 400% na Ásia África e Oceania, por exemplo, deve ser relativizado devido ao baixo número inicial de diplomatas (passando de 1 para apenas 5 em um intervalo de 30 anos).

Na tabela abaixo, o corpo diplomático apresenta-se dividido entre Ministros plenipotenciários e demais cargos, de modo a dar destaque aos primeiros com a ausência de embaixadores no período⁷.

Tabela 2– Ministros Plenipotenciários e outros cargos diplomáticos no exterior (1881-1911)

Continentes	Ministros plenipotenciários no exterior				Secretários, adidos e ministros residentes no exterior			
	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual
Europa	9	13	+4	+44,4%	20	16	-4	-20,0%
América	3	9	+6	+200,0%	11	15	+4	+36,4%
Ásia, África e Oceania	1	2	+1	+100,0%	0	3	+3	-
Total	13	24	+11	+84,6%	31	34	+3	+9,7%

Fonte: elaborado pelos autores (2012), com base em Relatórios do Ministério de Relações Exteriores

Verifica-se que o continente americano teve um acréscimo maior no número de Ministros plenipotenciários em relação à Europa, tanto em termos absolutos quanto em termos percentuais. Em relação aos demais funcionários (secretários, adidos e ministros residentes no exterior), observa-se uma redução quantitativa na Europa, durante o período analisado, em contraste ao continente americano, onde houve aumento em valores absolutos e percentuais. Na Tabela 3, abaixo, é apresentada a variação do número de agentes consulares e comerciais no período de 1881 a 1911 em cada continente, destacando a proporção de agentes europeus e americanos situados na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, respectivamente.

Tabela 3 – Agentes consulares e comerciais brasileiros no exterior(1881-1911).

Continentes/países	Agentes consulares no exterior				Agentes comerciais no exterior			
	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual
Europa	242	293	+51	21,10%	51	106	+55	107,80%
→ Grã-Bretanha	50	68	+18	36,00%	22	35	+13	59,10%
América	76	109	+33	43,40%	13	39	+26	200,00%
→ Estados Unidos	16	24	+8	50,00%	7	17	+10	142,90%
Ásia, África e Oceania	8	12	+4	50,00%	0	1	+1	-
Total	392	506	114	29,10%	93	198	105	112,90%

Fonte: elaborado pelos autores (2012), com base em Relatórios do Ministério de Relações Exteriores.

⁷ A primeira embaixada no Brasil só foi inaugurada em 1905 (BURNS, 1977). Os ministros plenipotenciários, à época, exerciam função semelhante a que embaixadores exercem atualmente.

Pode-se perceber, a partir dos dados, um aumento absoluto superior na Europa tanto de agentes comerciais quanto de consulares. No entanto, a variação percentual é visivelmente maior na América nessas duas modalidades de cargo. Assim, pode-se inferir que as relações consulares no continente europeu não deixaram de ter importância e, ao contrário, intensificaram-se. Entretanto, comparativamente, a América sobressai-se com uma expansão maior em relação à quantidade inicial, o que demonstra uma crescente proeminência atribuída a essa região. Ásia, África e Oceania não possuíam número significativo de agentes no período, evidenciando que o relacionamento do Brasil com esses continentes era precário, sobretudo no aspecto comercial.

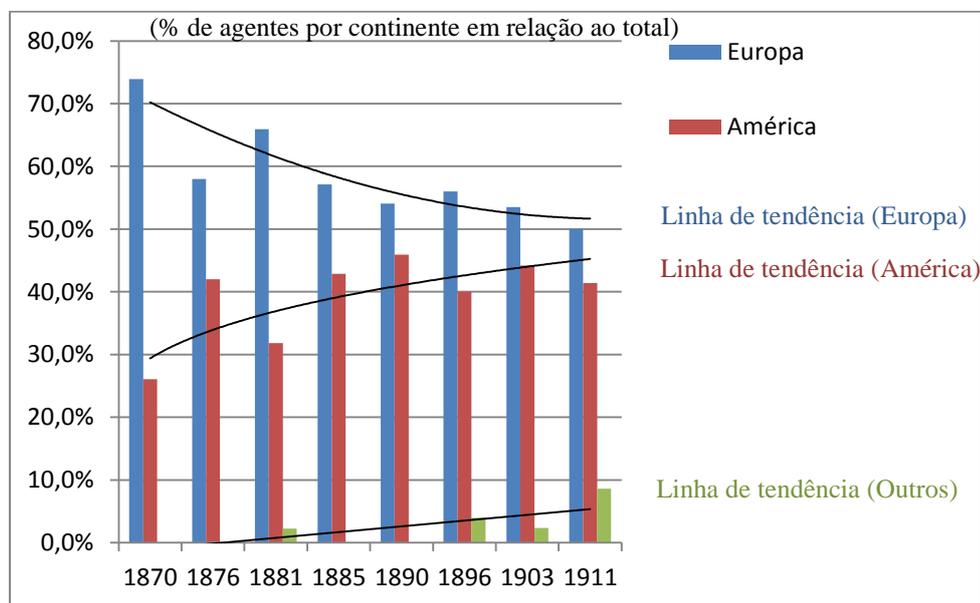
No que tange especificamente aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha, observa-se que ambos apresentaram um aumento absoluto de agentes consulares e comerciais no período analisado. A Grã-Bretanha apresenta uma variação absoluta maior tanto em agentes consulares como em agentes comerciais, o que poderia refutar a ideia de mudança de eixo de Londres para Washington, ou, ao menos, essa forte percepção a partir da bibliografia clássica de uma mudança de foco para os Estados Unidos em detrimento da Grã-Bretanha no início da República. De fato, a análise de variação relativa (percentual) fornece uma visão distinta da apreciação brasileira em relação não só aos Estados Unidos, mas também a todo continente americano, uma vez que o movimento pan-americanista é enfatizado nos objetivos da política externa do país, sobretudo sob a liderança de Rio Branco.

Dessa forma, o incremento no número de agentes consulares e diplomáticos nos Estados Unidos, com uma variação percentual superior nesse país, reforça a tese de um maior estreitamento dos laços com o mesmo. Destaca-se também que os Estados Unidos testemunharam um grande aumento no envio de agentes comerciais brasileiros (passando de apenas 7 em 1881 para 17 em 1911). Tal fato pode ser um indicativo do aumento da importância econômica desse país para o Brasil no período, devido aos interesses brasileiros na exportação de café. A cultura do café também poderia justificar o aumento no quadro de agentes comerciais na Grã-Bretanha, já que o país permanecia como re-exportador do grão, além de se manter como grande investidor da atividade até os anos 1920 (PINHEIRO, 2004).

No que tange especificamente à americanização da diplomacia brasileira, grande parte da bibliografia clássica confere importância exagerada ao período posterior à

Proclamação da República. Entretanto, em uma análise da evolução do percentual do corpo diplomático brasileiro no exterior, é nítido que esse fenômeno já vinha se manifestando desde a década de 1870, conforme pode-se observar no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Evolução do corpo diplomático no exterior de 1870 a 1911



Fonte: os autores (2012), com base em Relatórios do Ministério de Relações Exteriores.

O gráfico demonstra que a mudança de foco da projeção externa brasileira da América para a Europa é um movimento que se iniciou antes mesmo da Proclamação da República, o que contraria em parte a concepção desenvolvida pela bibliografia clássica de que tal fenômeno é típico do início do período republicano e da gestão Rio Branco. Alguns autores, como Bueno (2008), chegam a mencionar que, desde o Manifesto de 1870, já havia esse interesse em “americanizar” a diplomacia brasileira, mas que isto só se “foi traduzido na prática, no primeiro momento após a Proclamação da República” (CERVO; BUENO, 2008, p.165).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados apresentados, verifica-se uma nítida aproximação do Brasil com países da América no período. Houve aumento significativo do corpo diplomático e consular brasileiro nos Estados Unidos, enquanto que a relação com a Grã-Bretanha não foi afetada pela transição à República, visto que também aumentou o número de representantes diplomáticos e consulares nesse país. Assim, a primeira

hipótese pode ser parcialmente confirmada, já que as relações com os Estados Unidos de fato estreitaram-se, mas *não* houve um retraimento nas relações com o antigo principal parceiro brasileiro no mundo, a Grã-Bretanha.

No que tange ao relacionamento com seus vizinhos sul-americanos, apesar de não haver um aumento significativo nos números, tanto a abertura de consulados, como também o envio de missões diplomáticas demonstram uma maior preocupação brasileira com os parceiros latino-americanos no período republicano. Nota-se, porém, conforme já ressaltado, que o processo de mudança de projeção da Europa à América se verificava antes mesmo da Proclamação da República, tendo este acontecimento apenas garantido a manutenção dessa tendência.

Dessa forma, nota-se uma exacerbada atribuição à proclamação da República e à figura de Rio Branco como causas da mudança de eixo na política externa brasileira. Por conseguinte, importa considerar outros fatores não-políticos a fim de analisar a transição. Pode-se, portanto, levantar hipóteses alternativas para o fato, como por exemplo: a) a ascensão do café como propulsor da economia brasileira no mercado mundial (e a consequente mudança de mentalidade e de prioridades da elite brasileira) já no final da Monarquia, sendo o mercado estadunidense o seu principal importador; b) o crescimento do sentimento republicano no país, com a formação do Partido Republicano desde 1870 e; c) a preocupação dos Estados Unidos com a América, com a incorporação da Doutrina Monroe como meio de projetar sua influência sobre o continente, somada às tentativas de realização de conferências pan-americanas nas décadas de 1870 e 1880.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Ltc, 2012. xix, 307 p.

_____. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: SENAC, 2001. 675 p.: il.

BURNS, E. Bradford. **As relações internacionais na primeira república**. In: História Geral da Civilização Brasileira, tomo III. O Brasil Republicano, v.2. Sociedade e Instituições (1889-1930), 2 ed., São Paulo, DIFEL, 1978.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **1808-2008: Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty**. Brasília: FUNAG, 2009. 644 p. (vol. I).

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2008.

CHEIBUB, Z.B. **Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica**. Dados, Vol. 28, No. 1. 1985

DORATIOTO, Francisco. **A política platina do Barão do Rio Branco**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2000, p. 130-149.

FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, vol. 2, São Paulo: Difel, 1977.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

SILVA, Jose Luiz Werneck da. **Relações exteriores do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Anexo 1 – Corpo consular brasileiro no exterior (dados detalhados por países)

Países	Agentes consulares				Agentes comerciais		
	1881	1911	Variação absoluta	Variação percentual	1881	1911	Variação absoluta
Alemanha⁸	33	33	0	0,0%	1	4	+3
Argentina	16	15	-1	-6,3%	0	7	+7
Áustria-Hungria	6	9	+3	50,0%	0	0	0
Bélgica	9	11	+2	22,2%	2	6	+4
Bolívia	9	11	+2	22,2%	2	0	-2
Chile	4	10	+6	150,0%	0	4	+4
China	0	2	+2	-	0	0	0
Colômbia	1	3	+2	200,0%	0	0	0
Costa Rica	0	1	+1	-	0	0	0
Cuba	0	1	+1	-	0	0	0
Dinamarca	6	4	-2	-33,3%	0	1	+1
Rep. Dominicana	0	1	+1	-	0	0	0
Equador	1	4	+3	300,0%	0	0	0
Espanha	27	33	+6	22,2%	5	16	+11
EUA	16	24	+8	50,0%	7	17	+10
França	25	37	+12	48,0%	6	15	+9
Grã-Bretanha	50	68	+18	36,0%	22	35	+13
Grécia	0	1	+1	-	0	0	0
Guatemala	0	1	+1	-	0	0	0
Haiti	1	1	0	0,0%	0	0	0
Itália	30	27	-3	-10,0%	0	12	+12
Japão	0	4	+4	-	0	1	+1
Marrocos	2	4	+2	100,0%	0	0	0
México	0	3	+3	-	0	1	+1

⁸ Em 1881, o Império Alemão encontrava-se ainda fragmentado. Por isso, realizou-se a contagem dos corpos consulares localizados nas distintas regiões da atual Alemanha e acrescentou-se ao valor total.

Mônaco	0	1	+1	-	0	0	0
Nicarágua	0	1	+1	-	0	0	0
Noruega e Suécia	11	19	+8	72,7%	0	5	+5
Países Baixos	5	4	-1	-20,0%	0	1	+1
Panamá	0	2	+2	-	0	0	0
Paraguai	4	4	0	0,0%	0	2	+2
Peru	8	8	0	0,0%	2	1	-1
Portugal⁹	29	27	-2	-6,9%	15	11	-4
Rússia	9	13	+4	44,4%	0	0	0
Suíça	2	4	+2	100,0%	0	0	0
Turquia	0	2	+2	-	0	0	0
Uruguai	10	13	+3	30,0%	2	7	+5
Venezuela	5	6	+1	20,0%	0	0	0
Outros	7	1	-	-	-	-	-

Fonte: os autores (2012), com base em Relatórios do Ministério de Relações Exteriores.

⁹ Considera-se, aqui, Portugal e seus domínios, segundo consta nos Relatórios Oficiais do MNE e do MRE.